



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6661 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT11 - Política da Educação Superior

AS CONTRADIÇÕES PARA A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA: UM ESTUDO PRELIMINAR

Siméia Oliveira Nunes Bezerra - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Iracema Oliveira Lima - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

AS CONTRADIÇÕES PARA A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA: UM ESTUDO PRELIMINAR

RESUMO

O presente estudo apresenta resultados preliminares da pesquisa intitulada “A efetividade do auxílio financeiro na permanência do estudante em vulnerabilidade socioeconômica: um estudo no Programa de Assistência Estudantil da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia”. O trabalho foi realizado à luz do Materialismo Histórico Dialético e os dados coletados levaram em consideração as contradições existentes nas ações de permanência ao estudante, tanto a nível local como nacional, observando as totalidades e mediações do fenômeno em estudo. Realizou-se a análise das ações de permanência estudantil no Brasil, relacionando-as com as transformações políticas, econômicas e sociais, principalmente, a partir da década de 1990, com a intensificação da adesão do Estado aos princípios neoliberais. Como procedimento de pesquisa, até então, realizou-se o levantamento de dados a partir de documentos institucionais, legislações e editais, bem como a revisão bibliográfica que situou o objeto de estudo apontando os argumentos presentes no debate sobre a temática.

Palavras-Chave: Auxílio Financeiro; Educação Superior Pública; Permanência Estudantil.

1 INTRODUÇÃO

Para tratar sobre fenômenos educacionais a partir de uma concepção de transformação

da realidade social, torna-se pertinente e necessário considerar o cenário político e econômico do país, associado à análise de sua trajetória histórica e as relações sociais estabelecidas neste cenário. Para tanto, aponta-se como primordial, além das considerações históricas, estabelecer uma análise que demonstre a relação entre a educação e o capital assinalando as causas, consequências, contradições e os determinantes existentes no processo. Nesse sentido, o presente texto produz uma análise acerca dos processos desiguais e as contradições que envolvem as políticas públicas de assistência ao estudante em uma Universidade pública, no atual contexto histórico brasileiro.

Como parte integrante de uma pesquisa de mestrado em curso os resultados parciais aqui apresentados buscam analisar a efetividade do auxílio financeiro para a permanência dos estudantes na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb – no contexto do Programa de Assistência Estudantil - Prae, identificando as repercussões na trajetória dos discentes beneficiários. Para tanto, definiu-se como necessário apontar as múltiplas determinações presentes no contexto das políticas públicas para a permanência estudantil, a partir da análise do contexto da Reforma do Estado Brasileiro iniciada na década de 1990.

Considerou-se ainda o processo histórico de construção da Assistência Estudantil – AE - no país e na Uesb, aliada à política neoliberal das últimas décadas, que trouxeram condicionantes diretos nas políticas públicas implementadas pelo Estado que impactaram na permanência estudantil com projetos que ampliava as vagas nas universidades sem a garantia das condições necessárias para a manutenção do estudante.

A abordagem teórico-metodológica da pesquisa está amparada no Materialismo Histórico e Dialético, que possibilitou, a partir das categorias estabelecidas para a sua análise, problematizar as relações universais do Modo de Produção Capitalista, ao tempo que explicita contradições, particularidades, mediações e consensos necessários para a superação da aparência com vistas à essência do objeto por meio da apreensão detalhada da matéria. Nesse processo, percebe-se que o fenômeno não se encontra isolado e para sua compreensão é preciso realizar a articulação das categorias do método – totalidade, mediação e contradição – com as categorias de conteúdo – permanência estudantil e vulnerabilidade socioeconômica. O levantamento e construção dos dados, realizado nesta etapa da investigação, se deram através de pesquisa documental e bibliográfica.

2 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento da pesquisa até o presente momento se constituiu como uma construção elaborada em torno do processo histórico de composição da Educação Superior e da Assistência Estudantil no país, que se entrelaça com as barreiras impostas pelas escolhas dos governos, nas esferas Federal e Estadual, alinhados ao capital que subordinam as políticas educacionais às determinações econômicas.

A abordagem em torno do histórico da Assistência Estudantil no país demonstrou que as ações iniciais foram pontuais e pouco expressivas, se relacionando com a estruturação das Universidades e com o atendimento prioritário das demandas da classe dominante. A partir da segunda metade do século XX, em um movimento em torno da Reforma da Educação Superior, a atuação dos estudantes foi imprescindível e contribuiu para intensificar o debate em torno das demandas estudantis e para que as mudanças nesse nível de ensino tomassem maiores proporções, revelando as contradições impostas no cenário de repressão da ditadura civil-militar.

Na década de 1980 o processo de redemocratização do país foi um momento importante para o avanço das pautas estudantis com a atuação da União Nacional dos Estudantes – Une - e do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace - em prol da estruturação da política de Assistência Estudantil. Entretanto, apesar de estabelecidas no texto da Constituição Federal de 1988 o acesso e a permanência como direito de todos, a AE não alcançou a centralidade nas legislações conforme pretendido pelo movimento estudantil e entidades organizadas.

A década de 1990 foi marcada por transformações econômicas, políticas e sociais que reverberaram no campo educacional e revelavam as mediações construídas em pólos em disputa. O receituário neoliberal, já em pauta em outros países desde a década de 1970, como remédio para a crise capitalista, passou a orientar as mudanças no cenário brasileiro e o início do século XXI deu prosseguimento às políticas que vinham sendo desenvolvidas. Apesar de a Assistência Estudantil ter sido materializada por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes –, com maior centralidade na agenda do governo Lula, as mudanças não foram suficientes para transformações sociais necessárias a fim de reduzir as desigualdades no contexto educacional.

Quanto a Uesb, a implementação da assistência ao estudante ocorreu somente no ano de 2008, a partir das lutas e reivindicações do Movimento Estudantil junto à administração da Universidade e aos Conselhos Superiores, que resultou na instituição do Programa de Assistência Estudantil– Prae. As ações do Prae começaram a ser efetivadas no ano de 2009 e no decorrer de pouco mais de dez anos, o Programa se estruturou gradativamente com ações oferecidas por meio de editais que consideravam a condição de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes para a seleção, em uma perspectiva de AE focalizada, uma vez que os recursos disponíveis não atendiam a todos os discentes que se inscreviam e preenchiam aos requisitos estabelecidos, situação que evidenciava as contradições existentes na política de exclusão dos incluídos. Como exemplo, no ano de 2013, conforme dados disponíveis no Relatório de Atividades do Prae, de 424 discentes inscritos no Programa e aptos para o recebimento dos auxílios, somente 42% foram aprovados para o recebimento.

Assim, ao analisar as estratégias utilizadas pelo Estado, para a expansão da educação superior, e pela Uesb, direcionadas para a permanência dos discentes em condições de vulnerabilidade socioeconômica, constatou-se que foram políticas majoritariamente de caráter produtivista e mercantil que contrapõe a visão da educação como direito. Nesse sentido, as políticas desenvolvidas para a Educação Superior pautada no receituário neoliberal forjaram uma falsa ideia de que primavam pela democratização do acesso. Ao contrário, verificou-se um compromisso com uma dimensão econômica e produtivista de mercado em que a Universidade constitui a base de crescimento da economia, sendo responsável pela formação da força de trabalho demandada pela sociedade (BORGES, 2010).

Assim, enquanto a política de expansão e ampliação for estruturada a partir dos ideais neoliberais e de acumulação do capital, alinhada com as orientações de organismos internacionais, a Educação Superior será impelida a responder a demanda do mercado afastando-se cada vez mais da educação como direito prevista constitucionalmente.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

A análise da permanência dos discentes em condições de vulnerabilidade socioeconômica a partir dos dados levantados, até o momento, junto ao Programa de

Assistência Estudantil da Uesb possibilitou a verificação de um cenário que reflete aspectos e características próprias do sistema capitalista de produção, ao orientar a formação para o mercado e o alinhamento das ações com modelos que primam pela redução de recursos e a assistência estudantil com caráter focalizado.

A partir dos critérios impostos pelo Programa para a permanência dos discentes beneficiários verificou-se uma série de critérios que rompem com a condição de educação como direito, pois ignora a categoria de desigualdade socioeconômica e impõe aos discentes o cumprimento de contrapartidas, amparadas na meritocracia e no produtivismo, uma vez que o discente beneficiário tem o compromisso de apresentar regularmente documentos que comprovem o atendimento às exigências previstas.

Um ponto que também chama atenção nos dados levantados junto ao Programa diz respeito à demanda reprimida ao longo dos anos, uma vez que dentre o quantitativo de discentes com perfil para o recebimento dos auxílios, apenas uma parte é contemplada com a justificativa de que o não atendimento aos discentes que se enquadram nos critérios ocorre em razão da escassez de recursos. Na análise desses dados observa-se que em todos os anos sempre existiu uma demanda reprimida com números crescentes o que implica em contradições e antagonismos presentes no processo de seleção dos discentes, que comprovadamente, teriam direito ao auxílio e que lhes são negados, sob a justificativa de indisponibilidade de recursos.

A seguir, a Tabela 1 traz a demonstração dos recursos utilizados por ano para o pagamento de auxílios aos discentes beneficiários. Vale ressaltar que, apesar do setor da Assistência Estudantil da Uesb ter recebido recurso federal proveniente do Programa Nacional de Assistência Estudantil para Universidades Estaduais – Pnaest - nos anos de 2012, 2013 e 2014, os auxílios financeiros do Prae sempre foram custeados com recurso institucional.

TABELA 1 - Recursos para o pagamento dos auxílios aos discentes - por ano nos campi

ANO	ITAPETINGA	JEQUIÉ	VIT. CONQUISTA	TOTAL
2009	R\$ 7.172,00	R\$ 14.014,00	R\$ 14.838,00	R\$ 36.024,00
2010	R\$ 63.396,86	R\$ 134.424,88	R\$ 139.455,06	R\$ 337.276,80
2011	R\$ 67.073,73	R\$ 188.553,00	R\$ 187.114,49	R\$ 442.741,22
2012				R\$ 735.176,00[1]
2013	R\$ 161.380,00	R\$ 349.880,00	R\$ 385.760,00	R\$ 897.020,00
2014	R\$ 204.322,00	R\$ 329.981,10	R\$ 417.753,66	R\$ 952.056,76
2015	R\$ 226.770,00	R\$ 343.570,00	R\$ 406.560,00	R\$ 976.900,00
2016	R\$ 218.591,00	R\$ 357.501,00	R\$ 450.734,50	R\$ 1.026.826,50
2017	R\$ 248.429,47	R\$ 538.111,00	R\$ 609.818,00	R\$ 1.396.358,47
2018	R\$ 248.600,00	R\$ 457.849,00	R\$ 425.319,00	R\$ 1.131.768,00
2019	R\$ 184.246,00	R\$ 299.287,00	R\$ 279.656,00	R\$ 763.189,00[2]

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios da Uesb/GAE, de 2009 a 2018.

Com a análise dos valores demonstrados na Tabela 1 pode-se observar que no intervalo de 2009 a 2018 ocorreu um aumento gradativo dos recursos. A única oscilação decrescente ocorreu no ano de 2019, que teve o valor compatível ao ano de 2012. Para realizar a análise desses dados, com vistas na apreensão da essência do fenômeno, é preciso considerar alguns fatos ocorridos na estrutura e dinâmica do Programa, na perspectiva da totalidade e mediações presentes.

Para essa análise recorreu-se aos fundamentos do método de pesquisa, ao afirmar ser necessário ir além da pseudoconcreticidade para se alcançar a essência do objeto. Dessa forma, por compreender que a essência não se apresenta de forma imediata torna-se possível inferir que os dados sem a análise na perspectiva das categorias contradição, mediação e totalidade só apresentam resultados aparentes. Apesar do aumento dos recursos destinados ao pagamento dos auxílios ao longo dos anos, algumas inferências se evidenciam e ajudam na compreensão do fenômeno em estudo, as quais demonstram que existem contradições que comprometem o objetivo do Programa e não refletem na perspectiva de incremento e avanço da política.

Novos auxílios somente são disponibilizados quando aprovados pelo Conselho Universitário Superior - Consu. No ano de 2015 a aprovação não ocorreu como previsto e a quantidade de discentes beneficiados não foi ampliada, apesar de a Tabela 1 demonstrar um pequeno aumento em relação ao ano anterior. Acerca desse episódio o Relatório do ano de 2016 apresenta que:

[...] no ano de 2015 não foi lançada portaria de concessão de bolsa auxílio por conta de não aprovação pelo CONSU do orçamento. Em virtude da vulnerabilidade extrema de alguns discentes, foi autorizada a concessão de Bolsas Emergenciais, a saber: 4 no campus de Jequié e 5 no campus de Vitória da Conquista. No ano de 2016, somente no final de Junho foi aprovado pelo CONSU o orçamento, podendo assim realizar tanto o reajuste dos valores das bolsas quanto concessões de bolsas auxílio. (UESB/GAE, 2018, s/p).

Os dados apontam que as decisões da Universidade quanto à liberação dos auxílios contradizem a necessidade existente e limita a garantia do direito constitucional de acesso e permanência à educação quando impede o atendimento dos discentes, comprovadamente vulneráveis, como é percebido, inclusive, com a disponibilização de “bolsas emergenciais” no ano de 2015 para discentes em “vulnerabilidade extrema”, mas que só tem a duração de 3 meses, como consta na Portaria de Normas de Concessão dos auxílios nº 033/2020.

Ainda, verificou-se que nos anos de 2018 e 2019 a quantidade de auxílios não foi ampliada, ocasionando uma queda drástica na quantidade de discentes beneficiários, uma vez que a saída do discente por conclusão de curso, segundo os Regimentos do Programa, não permitem a convocação de novos discentes em vagas remanescentes. Vale destacar que no ano de 2018, apesar da publicação da Portaria com as Normas de Concessão, nº 213/2018, novos auxílios não foram disponibilizados e os motivos não foram apresentados no Relatório Anual.

Algumas informações presentes no relatório de 2018 demonstram que a não ampliação do número de discentes atendidos pode relacionar-se com a intenção da instituição de recuar no atendimento por meio do recurso institucional, haja vista que desde o ano de 2017 foi implementado pelo Governo do Estado o Programa Mais Futuro de Assistência ao Estudante, em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

No referido relatório consta, inclusive, uma tabela com as informações dos discentes beneficiários dos auxílios financeiros do Prae que estariam dentro dos critérios exigidos pelo Programa Mais Futuro e que, no entanto, optaram por permanecer no Programa institucional. Vale destacar que o Programa do Governo do Estado possui em suas normativas uma imposição de critérios que estão permeados de inconsistências ao impedir o atendimento dos discentes de forma integral e orientar a formação do discente a partir de uma perspectiva

mercantil.

Ademais, com a análise preliminar dos dados confere-se que a política de Assistência Estudantil da Uesb, apesar do histórico de avanços no decorrer de mais de 10 anos de criação, resultado em grande parte das reivindicações estudantis, tem caminhado para mudanças que se alinham à perspectiva produtivista das Reformas Educacionais das últimas décadas.

4 CONCLUSÃO

Ao confrontar as limitações e contradições impostas pelo sistema capitalista no contexto das políticas de permanência estudantil questiona-se qual o caminho a ser trilhado em busca da eliminação das desigualdades? Diante do cenário atual em que as universidades públicas têm seus recursos contingenciados e presenciam minguar sua estrutura física, material e humana, resultados das escolhas políticas dos governos alinhados a lógica do capital, como estabelecer políticas para redução das desigualdades no ambiente acadêmico se a política de seleção dos mais vulneráveis imposta pela política de exclusão ratifica a segregação?

Infere-se que a mudança deve ocorrer na perspectiva de romper com a estratégia de seleção, uma vez que a educação como direito social deve buscar uma transformação estrutural que garanta ao estudante o direito de permanecer e concluir a graduação, sem impedimentos socioeconômicos que comprometam sua formação. Para tanto, deve-se alcançar uma mudança na estrutura das políticas que rompam com a lógica mercantil e de formação de mão de obra para o mercado. Assim, a presente investigação, a partir da análise dos dados obtidos nos documentos institucionais e referencial bibliográfico observou contradições existentes no contexto do Programa de Assistência Estudantil da Uesb, mais especificamente na ação de disponibilização dos auxílios financeiros a partir dos critérios de seletividade que consideram o nível de renda dos discentes, ao contemplar os que comprovem condição de maior miséria.

Além disso, observou-se que a classificação dos discentes, amparada na justificativa de escassez de recurso institucional, se caracteriza como uma política residual e contraditória ao tirar a centralidade e relevância da Assistência Estudantil no ambiente acadêmico. Assim, o debate sobre a permanência do estudante na Universidade deve ser ampliado, a fim de permitir formulações e estratégias capazes de frear as demandas produtivistas e meritocráticas e contribuir assim, para a formação numa perspectiva emancipadora que assegure o direito à educação, num cenário que estirpe as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria Creusa de Araújo. A visão de Educação Superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. **RBP**AE, v.26, n.2, p.367-375, mai./ago., 2010.

UESB. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb. **Permanência e Assistência Estudantil da Assistência Estudantil da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb, 2014-2018.** Recredenciada pelo Decreto Estadual nº 16.825, de 04.07.2016. Vitória da Conquista/BA, 2018. Disponível em: <http://www2.uesb.br/wp-content/uploads/2018/05/PROEX-GAE.pdf> Acesso em: 8 mar. 2020.

UESB. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. **Portaria nº 213/2018.** Divulga as normas para concessão dos auxílios dos subprogramas permanência e desempenho acadêmico oferecidos pelo Programa de Assistência Estudantil– Prae/Uesb. Vitória da Conquista/BA, 2018. Disponível em: http://www.uesb.br/wp-content/uploads/2018/04/PORTARIA_0213-18.pdf Acesso em: 8 mar. 2020.

UESB. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. **Portaria nº 033, de 20 de janeiro de 2020.** Normas para concessão dos auxílios dos subprogramas permanência e desempenho acadêmico oferecidos pelo Programa de Assistência Estudantil– Prae/Uesb. Vitória da Conquista/BA, 2020. Disponível em: <http://www.uesb.br/wp-content/uploads/2020/01/PORTARIA-0033-20-Normas-Concess%C3%A3o-Aux%C3%ADlios-PRAEpdf> Acesso em: 13 abr. 2020.

[1] O relatório do ano de 2012 não apresenta os valores separados por *campus*.

[2] O setor não elaborou relatório do ano de 2019, mas disponibilizou planilhas com dados.